

HISTÓRIAS QUE NAVEGAM PELO RIO: NARRATIVAS DE POPULAÇÕES RIBEIRINHAS

Adriana Rodrigues Domingues¹

Leticia Nicoluci Nobre²

Nathany dos Santos Regina³

RESUMO

Este artigo relata as experiências de um projeto de história oral desenvolvido em comunidades ribeirinhas que vivem à margem do Rio Solimões no Estado do Amazonas e discute a importância da narrativa e da memória individual e coletiva para os moradores locais. O texto apresenta trechos extraídos de um livreto publicado em 2014 que relata as histórias dos moradores mais antigos de 5 comunidades contempladas pelo projeto, abordando as formas e os desafios de viver na floresta amazônica. A experiência narrativa é aqui considerada como uma tentativa de evitar um processo de esquecimento das histórias dessas comunidades, visando a reconstrução e ressignificação de fatos do passado, mas também a valorização da memória coletiva como forma de enraizamento e produção do comum frente às formas de dominação tecnológica e expropriação da cultura local.

Palavras-chave: *comunidades ribeirinhas; história oral; narrativa; enraizamento.*

¹ Professora no curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Doutora em Psicologia Social pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

² Graduada em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

³ Graduanda em Psicologia pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM).

STORIES THAT NAVIGATE BY THE RIVER: NARRATIVES OF RIVERSIDE COMMUNITIES

ABSTRACT

This paper reports the experiences of an oral history project developed in the riverside communities living along the Solimões River in Amazonas state and it discusses the importance of the narrative and of the individual and collective memory for the local residents. The text presents excerpts from a booklet published in 2014 that tells the stories of older residents of five communities visited by the project; stories that deal with the ways and the challenges of living in the Amazon rainforest. The narrative experience is considered here as an attempt to avoid a forgetfulness process of the stories of these communities. They are aiming at not only the reconstruction and the reinterpretation of the past facts, but also the appreciation of the collective memory as a means of rooting and the production of the common in the face of the forms of the technological domination and the local culture expropriation.

Keywords: *riverside communities; oral history; narrative; rooting.*

INTRODUÇÃO

Eu me criei aqui no Amazonas mesmo e moro aqui há 24 anos. Sou ribeirinha e foram as águas que me fizeram mudar para cá, um lugar que eu nem conhecia e nem queria conhecer. Lá onde morava alagava muito. Claro, era um lago! O Lago do Cururu, lugar onde nasci, morei com minha família e vivi muitas histórias.

Joana, moradora de Vila do Repartimento

Sáimos de São Paulo em um domingo do mês de Julho, a viagem durou cerca de oito horas, uma verdadeira aventura já que viajávamos pela Força Aérea Brasileira, em um pequeno avião que dançava no ar. Ao sobrevoar a cidade de Manaus, começamos a perceber que estávamos diante de uma imensidão de árvores centenárias, plantas e aves de muitas espécies e de um rio largo e povoado de peixes. Logo que aterrissamos fomos levadas para um pequeno porto de onde sairia o barco que nos conduziria por esse rio adentro, buscando as fotografias e cenas mais diversas daquilo que havia por debaixo das enormes árvores que tínhamos visto do avião. Ao anoitecer começamos a navegação e, por conta da escuridão, pudemos observar todas as estrelas que começavam a aparecer quanto mais nos distanciávamos da luminosidade e do barulho da cidade de Manaus.

No dia seguinte, quando o sol já despontava por detrás das árvores, nos deparamos com casas de palafitas, algumas com água até o telhado, outras completamente submersas pelo rio. Era possível perceber a altura que a água havia atingido por meio das copas das árvores e dos telhados que ainda estavam descobertos. Em outras comunidades menos atingidas pela cheia, conseguimos desembarcar e encontrar casas de palafitas não submersas e rabetas estacionadas à sua margem revelando que ali se encontrava mais uma das inúmeras famílias ribeirinhas que sobrevivem daquilo que esse rio fornece: peixe para comer e água para beber, cozinhar, tomar banho e irrigar a terra para o plantio de mandioca, feijão, milho, frutas e hortaliças.

Durante uma semana navegamos por essas paisagens e entramos em algumas dessas casas, mas também presenciemos situações que revelam os desafios de se viver longe do acesso as políticas públicas: uma população que fica dias à espera da vinda de médicos de outra comunidade ou que precisa pagar caro para um transporte de lancha

que a leve até a capital quando é necessário um atendimento de urgência; uma paisagem também composta por esgoto e muito lixo a céu aberto, revelando a falta de saneamento básico e água tratada, apesar da beleza natural do lugar e da quantidade imensa de água que banha a região; uma comunidade que enfrenta dificuldades na manutenção dos equipamentos e, quando a energia acaba, apesar das hidrelétricas construídas na região, ficam na dependência de geradores de energia que exalam o cheiro do óleo diesel e o barulho ensurdecedor de seus motores; um povo esquecido no tempo, mas que sonha em um dia conhecer a capital, o “Sul” do país, onde os rios não secam e nem alagam a vida se assemelha ao que se passa na TV.

Esse é o Rio Solimões em sua passagem pelo estado do Amazonas, mas também poderia ser o Rio Madeira ou o Rio Negro, passando por outras comunidades espalhadas pelos estados do Norte do país. Para quem nasceu em um lugar cercado de prédios de concreto e onde os rios foram aterrados para dar lugar a avenidas e carros, parece outro país, mas não é.

Este artigo relata um projeto de história oral desenvolvido com pessoas que vivem à beira desse rio, em comunidades localizadas próximas à Manacapuru, município distante quase 70 km de Manaus e porta de entrada para outras comunidades mais distantes ainda que vivem em sua margem. Ao longo do ano, um barco hospital oferece atendimento médico e odontológico às comunidades e, durante uma semana do mês de julho, recebe professores e alunos da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo para desenvolverem projetos sociais atendendo as demandas locais. Cada dia da semana o barco atraca em uma comunidade diferente e a equipe realiza ações socioeducativas e de formação profissional visando o desenvolvimento integral e a sustentabilidade das comunidades.

“Histórias que navegam pelo rio” é um desses projetos desenvolvido por uma equipe do curso de Psicologia desde 2013. Em cada uma das comunidades atendidas, os moradores mais antigos são convidados a contar suas histórias de vida, compartilhando, também, a história daquela comunidade. Este artigo narra alguma dessas histórias, mas aborda, também, a importância da narrativa e da memória individual e coletiva para as populações ribeirinhas.

“Aqui nasci e me criei, depois me casei e criei meus filhos. A maioria deles mora aqui em volta de casa e outros estão em Manaus ou Manacapuru tentando a vida”. Essa frase não tem autoria própria, são de quase todos os idosos e idosas entrevistados. São depoimentos que falam da trajetória pessoal, mas relatam também os desafios de se

morar no meio da floresta amazônica e a sabedoria necessária para aprender a respeitar, cuidar e extrair da natureza os meios necessários para a sobrevivência.

O objetivo deste projeto é valorizar a memória coletiva como uma forma de enraizamento dos moradores e das comunidades. Para se enraizar, ou criar raízes, como eles sabem melhor que ninguém, é preciso cultivar laços com a terra e com a própria vida, criar vínculos sociais e geográficos por meio da participação real, ativa e natural na vida comunitária. O enraizamento permite conservar vivo o passado, mas, também, os sentidos e significados que foram sendo construídos ao longo do tempo e que anunciam o presente e a atual forma de organização da comunidade. Enraizar é, ainda, uma maneira de não ser arrancado de suas próprias experiências ao vivenciar formas de expropriação da cultura local, por meio da dominação tecnológica e da remoção das comunidades de seu local de origem, devido a construção de barragens que desbarrancam as casas e as histórias de quem mora na margem do rio e dele depende para morar, se alimentar e se locomover.

Como tentativa de evitar um processo de esquecimento da história dessas comunidades e dos modos de viver na floresta, resolvemos ir atrás dos moradores mais antigos, daqueles que portam os saberes populares e a tradição oral, visando a reconstrução e ressignificação de fatos do passado, evidenciando, desta forma, a importância da memória coletiva para os moradores locais.

“Conte-nos sua história!” - era o pedido que fazíamos a eles e, com a escuta atenta e o gravador nas mãos, registramos os depoimentos que foram provocados por nossas curiosas perguntas. Durante a narração, os moradores eram convidados a contar sobre sua trajetória de vida, desde a formação da comunidade até as percepções sobre as transformações que esta enfrentou e enfrenta no momento presente. A partir deste convite, começaram a emergir histórias da infância, dos namoros vigiados pelos pais, do trabalho na roça e na casa de farinha, dos remédios caseiros feito daquilo que a floresta oferece, das dificuldades dos tempos de outrora e das facilidades da vida moderna - narrativas importantes para a compreensão da vida coletiva e comunitária.

De volta a São Paulo, começamos a transferir para o papel o registro oral. Horas de gravação se multiplicaram em horas de transcrição do material, procurando sempre manter a escuta atenta aos termos e às palavras desconhecidas. Depois de transcritas, começamos a transcriá-las, isto é, transformá-las em narrativas literárias em um processo cuidadoso e sensível, respeitando as expressões e os sentidos singulares e regionais com que as histórias foram narradas por cada autor. Ao registrar estas

narrativas, como forma de testemunho escrito das memórias e histórias transmitidas pela tradição oral, surgiu em nós o desejo de compartilhá-las, de transformá-las em livreto para que pudessem ser lidas, recontadas e espalhadas por outras comunidades. Reunidas nesse livreto, as histórias voltaram para os narradores e moradores das comunidades, mas também para os que vivem em cidades repleta de prédios e carros.

A HISTÓRIA ORAL E A FUNÇÃO DO DISPOSITIVO

Para que as lembranças pudessem ser despertadas e as histórias capturadas por nosso gravador foi necessário a escolha de um método que funcionasse como um dispositivo, isto é, um disparador das narrativas sobre a infância, as casas habitadas, o trabalho na lavoura, o casamento e os nascimentos dos filhos. Escolhemos a história oral como um dispositivo importante de acesso e visibilidade às experiências e significados pessoais vividos pelos depoentes.

Como método de pesquisa e intervenção, a História Oral é mais do que uma mera narrativa dos fatos sucedidos, é uma ciência que visa aprofundar, por meio de conversas, as experiências e memórias individuais e o impacto que estas tiveram na vida de cada um. Os processos são decorrentes de entrevistas gravadas, transcritas e colocadas a público, tanto como uma forma de diálogo com a sociedade extrapolando os limites da academia, como o livreto que circulou pelas comunidades e por outros espaços sociais, e também como uma forma de denúncia social e formulação de base para a implementação de políticas públicas, como os relatos referentes à falta de água, energia elétrica e atendimento médico apresentados em algumas das histórias desse livreto.

Seu início remete a tentativa de construir uma contra-história: contra o interdito estabelecido pela história crítica do século XIX que expulsou a tradição oral do campo científico em proveito das fontes escritas; contra a história oficial “vista de cima” e a favor de uma história “vista de baixo”, uma história dos sem-história, um relato dos vencidos; contra a trilogia acadêmica – Estado, história, escrita, e a favor de sua própria – revolução, memória, oralidade. A História Oral assume, desta forma, um projeto utópico de democratização da história, recorrendo aos princípios metodológicos da pesquisa de campo, da observação participante e da abertura interdisciplinar para outras ciências sociais (PORTELLI, 1997; MEIHY, 1996).

Um aspecto importante da História Oral é que esta não se confunde com a busca de uma verdade, ou com a tentativa de construir um quadro o mais completo e verdadeiro possível de um determinado acontecimento. Preocupa-se, sim, com o registro da experiência e a busca de depoimentos de pessoas comuns e anônimas, valorizando a existência de uma cultura popular e de grupos específicos que sempre estiverem mudos diante das formas tradicionais com que se conta a história oficial. Também não é baseada na interpretação dos relatos, mas em procedimentos metodológicos e técnicos, além da responsabilidade pessoal do pesquisador em assegurar a capacidade de desvendar as vivências e relações humanas, atentando-se, sobretudo, à dimensão ética do lugar que ocupa (MEIHY, 1996).

Para a realização do projeto, inicialmente, tínhamos um roteiro pré-definido com algumas perguntas norteadoras: quem eram os seus pais e como era sua família? de quem era a terra e como era a casa em que você morou quando criança? quais lembranças você tem de sua infância? o que você fazia para passar o tempo e do que você brincava? como faziam para estudar e como era a escola? o que acontecia quando alguém ficava doente? como era a comunidade naquela época e como ela foi se modificando com o tempo? Nas primeiras entrevistas utilizamos esse roteiro pré-definido, mas aos poucos ele foi sendo deixado de lado, pois, de certa forma, ele dirigia o depoente à essas respostas, sem nenhum tipo de liberdade para que suas lembranças pudessem escapar de nossas limitadas perguntas. Passamos então a apresentar o objetivo do projeto e a fazer um único convite: “Conte-nos sua história!”. A conversa informal repleta de pausas e suspiros, sem roteiros ou *scripts* preestabelecidos, deixou-os mais livres para buscarem, em suas lembranças, relatos do passado e do presente, experiências de uma vida inteira, contadas com espontaneidade e simplicidade e que nos faziam viajar no tempo junto com cada um.

Concordamos com Frochtengarten (2005), sobre o uso de entrevistas em trabalhos que envolvem histórias de vida, que um roteiro previamente elaborado não deve impor ao memorialista os interesses do ouvinte-pesquisador, e nem deve dispensar perguntas que precipitem a narrativa em estereótipos e associações que exigem pouco da memória. A entrevista deve estimular a comunicação de vivências concretas e narrativas pessoais sem que seja obstruído o fluxo de sua elaboração. Ao ouvinte-pesquisador cabe estar atento à relação de alteridade com o depoente, sua experiência narrada e o enlace de lembrança e pensamentos que emergem de sua narrativa.

Além desse roteiro mínimo de temas a serem abordados, a publicação das histórias em um livreto funcionou como outro dispositivo que deu visibilidade aos personagens que se apresentam nas histórias. Parentes próximos e distantes puderam conhecer- reconhecendo as lembranças da infância, a casa onde moraram, as pessoas que morreram ou outras histórias da comunidade. “Aqui tem a história da dona Maria, ela foi minha parteira e eu a chamo de minha ‘mãe velha’”, “olha só a história do meu tio lá de Caviana, ele ajudou a construir a comunidade, mas faleceu no ano passado”, “ah, a dona Neuza, ela era muito divertida, estava só esperando a hora que ela ia falar alguma coisa engraçada!”.

O processo de transformar as gravações em linguagem escrita exigiu o esforço de incluir ao enredo e ao conteúdo da narrativa, o sotaque e a entonação melódica, a experiência vivida e os sentimentos despertados durante a conversa com os moradores. Em nossos áudios encontramos expressões cheias de regionalidade, como, por exemplo: “água não tem cabelo, se a gente encontrar uma tempestade em meio a pescaria, não tem onde se segurar”; “jacaré se pega com anzol de caçoeira. O que é caçoeira? É tipo um arrastãozinho”; “eu digo para os meus netos: pode estudar, porque se não sabe, vai para o morro”; “Sabe como é cidade grande? Cheia de galeroso! Galeroso, para nós, é gente que fuma maconha, que rouba, que tem toda espécie de vício”; “Minha mãe nos criou também com muito trabalho na roça, capinando e arrancando matinho para não se criar preguiçosa!”.

Como dispositivo, a função da história oral é possibilitar ao morador da comunidade que ele se observe e narre sua história, a partir de um lugar privilegiado de construção dessa narrativa – a velhice. Diferentemente das recentes práticas discursivas e não discursivas que tentam encerrá-la numa nova categoria – a “terceira idade” (ou, pior ainda, também considerada a “melhor idade”, ou a “maior idade”), partimos de imediato da concepção de que é sempre do lugar de narrador que o idoso deve ser visto e convidado a falar sobre si mesmo. A produção desta experiência de “dobradura reflexiva” depende de dispositivos que disparem os procedimentos discursivos de construção da narrativa de si e o efeito esperado é que o narrador veja a si e fale sobre si, fazendo-se visível para si mesmo e para os outros (DELEUZE, 2006).

Em seu texto *Qu'est-ce qu'un dispositif?*, Deleuze (1996) propõe que o dispositivo seja compreendido, “antes de mais nada [como] um emaranhado, um conjunto multilinear. Ele é composto de linhas de natureza diferente”, as quais são compostas por quatro tipos: linhas de enunciação, linhas de visibilidade, linhas de força

e linhas de subjetivação. Como efeito de sua capacidade agenciadora, estas linhas podem se multiplicar em diversas outras: linhas de ruptura, de fissura, de fratura, pois todas elas “se entrecruzam e se misturam, de modo que umas repõem as outras ou suscitam outras, através de variações ou mesmo de mutações de agenciamentos”. No livro dedicado ao autor do conceito, *Foucault* (2006), Deleuze faz uma exaustiva análise destas quatro linhas.

As duas primeiras linhas do dispositivo, enunciação e visibilidade, referem-se às formas como as palavras e as coisas são concebidas em seus regimes discursivos e como se inscrevem em práticas que as evidenciam. Cada formação histórica implica tanto uma maneira de sentir, perceber e dizer sobre si mesma, quanto a variação e mudança dos enunciados e práticas que inventam e tornam possíveis outros regimes. No método da história oral podemos dizer que o que nos interessa é tomar o narrador como uma das variáveis desse interjogo de palavras e coisas, no qual ocupa um lugar e uma posição privilegiados, segundo o conjunto de variáveis do enunciado e da visibilidade que o cercam. Ao propor que o idoso narre sua história, propicia-se que ele se observe e fale sobre suas experiências em meio a uma realidade que se faz conhecida por meio de sua narrativa, produzindo outras visibilidades e enunciados sobre os modos de morar e os desafios de viver na floresta, como o relato de Aureliano, morador de Vila do Repartimento.

Eu já vi muita cobra andando no lago, enorme assim, de virar canoa! Mas elas nunca me ofenderam, graças a Deus! Um dia, no Lago do Tatu, quando eu era pescador e morava na frente do rio, fui dar uma volta e vi chegando uma cobra bem grande. A canoinha passou em cima da cabeça dela, que era da largura de uma pá de remo. Quando olhei, vi os olhos do bicho, aí, rodei a canoa e voltei para a terra firme. Cortei a cabeça de um tracajá, botei prá escorrer o sangue, passei a mão na espingarda, peguei os cartuchos com duas balas e voltei pro rio. Como estava ficando escuro e a água preta, olhei e não enxerguei nada. Tinha um pau enorme na beira da praia, me escorei na espingarda e subi no pau pra ver se eu a via. E não é que o pau virou prá cima do bicho? Cai na beira d'água e comecei a correr! Não quis mais nem saber de cobra! Se eu a tivesse visto antes, teria dado dois tiros e a tinha matado. Se eu era bom para matar peixe com lança, tinha uma boa pontaria para matar cobra também.

Assim, consideramos que o exercício narrativo funciona como um dispositivo capaz de produzir linhas de visibilidade e enunciação aos afetos que transbordam de cada vivência e que requisitam as faculdades que são comuns a todos, como a linguagem, a memória, a imaginação e a inventividade. Ele é um dos principais requisitos que nos confere a capacidade de nos relacionar, comunicar, cooperar e compartilhar nossa memória com os demais. A narrativa permite não apenas esse

compartilhamento dos fatos que aconteceram em nossa vida, mas produz novas conexões a outras histórias, outros fatos, outras redes, fazendo proliferar sentidos e significados que se encontra em todos nós (PELBART, 2008).

Esse difícil exercício de perceber-se ou desvelar-se a partir de uma pergunta, que pode ser sobre a infância ou sobre histórias de pescarias, exige dois movimentos do olhar: a interiorização e a exteriorização. Exige um exercício de atenção e de visão em relação a si (“olhar para si”, “voltar-se sobre si mesmo”, “prestar atenção em si mesmo”), nas quais o sujeito narra a si mesmo a partir de uma imagem de si produzida entre algo dele que conhece e algo nele que se torna conhecido. Ao narrar e ver a si próprio, o sujeito se posiciona e se interconecta a todos os outros elementos que o rodeiam, constituindo-se como efeito dos afetos que estão contínua e constantemente em embate. Este embate de afetos constitui as linhas de força de um dispositivo (DELEUZE, 2006).

Quando resgatamos as narrativas dos idosos estamos ampliando as redes das memórias trazidas por eles, buscando as semelhanças, promovendo identificação e interação com sua comunidade. Podemos observar que as histórias coletadas nas populações ribeirinhas possuem pontos de interligação, e esses pontos nos levam a construção da história da comunidade. Mas o que nos permite apostar na capacidade da história oral provocar processos de subjetivação, isto é, a quarta linha do dispositivo?

Essa aposta é a consideração da própria “dobradura reflexiva” como uma memória, não a curta memória, a que se inscreve nos estratos e nos arquivos e se opõe ao esquecimento, mas a memória que considera o “tempo como subjetivação”, uma “absoluta memória” que duplica o presente, reduplica o lado de fora e não se distingue do esquecimento. A memória é o nome da relação consigo, ou do afeto de si por si; é quando

o tempo se torna sujeito por ser a dobra do lado de fora e, nessa condição, faz com que todo o presente passe ao esquecimento, mas conserva todo o passado na memória, o esquecimento como impossibilidade de retorno e a memória como necessidade de recomeço (DELEUZE, 2006, p. 115).

A história oral, como dispositivo utilizado, teve a função de provocar a memória e, em seu funcionamento, construiu e mediou a experiência dos narradores consigo mesmos como uma forma de produção e captura de um duplo: ver-se, dizer-se, afetar-se e subjetivar-se. A memória atravessa o eu que é visto quando se observa, dito quando se expressa, afetado quando se coloca em relação com outra força, e subjetivado quando se

dobra sobre si mesmo. Descrever o dispositivo que provoca essas operações do sujeito sobre si mesmo é, em primeiro lugar, descrever o duplo que a memória produz e como o produz e, em segundo lugar, descrever aquilo que esse duplo captura e como o captura a si mesmo, isto é, que tipo de experiência se produz consigo mesmo.

Narrar a própria história permite ao sujeito olhar e focalizar desordenadamente os detalhes significativos da vida, ultrapassar a noção de tempo como uma relação linear entre um passado que já se foi e um futuro que se anuncia e convertê-lo em uma série de continuidades e rupturas que adquirem contorno ao serem nomeadas. A própria história ganha uma temporalização e espacialização singular, isto é, se materializa em um enredo, uma trama, um sentido.

Desta forma, consideramos a memória dos idosos como uma mediação entre a geração atual e as testemunhas do passado, exatamente por ser um instrumento precioso para se reconstruir a crônica do cotidiano. A história oral permite que as paixões individuais, os olhares e expressões faciais que se escondem atrás dos episódios revelem a maneira como cada um viveu os acontecimentos de sua vida que, na versão oficial, excluem a experiência pessoal e a riqueza de vários pontos de vista contraditórios. Contesta-se, dessa forma, toda crítica a memória como fonte não confiável, sujeita a distorções pela deterioração física, pela nostalgia da velhice, pela influência de versões coletivas e ideológicas das retrospectivas do passado (BOSI, 2003).

Esta atividade mnemônica nunca é fixa em um ponto do passado, muito menos está fixa a uma imagem representacional; ao lembrar de algo, o sujeito evoca o conteúdo de suas vivências; ao ser lembrada, tais vivências estão sujeitas a serem relatadas e vividas com uma nova intensidade, com um novo conteúdo, fornecendo ao corpo memorativo um tônico e uma força inesperados (BOSI, 2003).

Há pois, da parte do sujeito que conhecemos sob a forma de narrador oral memorialista uma atividade que não é apenas de simbolização (por meio de conceitos ou de operações do entendimento); é também da intuição de um devir, do seu próprio devir de homem que se vê envelhecendo, enquanto sentimento de um tempo que, simultaneamente, passou a se rerepresentar à consciência e ao coração. É mais que um reviver de imagens do passado (BOSI, 2003, p. 45).

A narrativa e a oralidade, para Bosi (2003), são dimensões que permitem falar no e do tempo como um fluxo que circula entre o presente e o passado, e que precisam de certa melodia, ritmo e entonação, nem sempre fáceis de serem traduzidos pela palavra escrita. Porém, algumas vezes esse desafio também é facilitado pelos próprios depoentes e suas histórias, como o relato de Iolanda, moradora de Caviana.

Um dia eu vinha andando tão despreocupada que, quando cheguei em uma certa parte do caminho, encontrei um rapaz que vinha trazendo um monte de boi. Eu mal esperei ele passar e fui andando sem perceber, quando eu vi, reparei que os bois estavam há poucos metros da cerca. Boi não tem juízo, então o único jeito de escapar foi ir para o mato, cheio de tiririca, cipó de fogo, capim navalha que corta profundo. Eu não tive dúvidas: corri e me meti no mato. O homem disse para eu não fazer isso, porque ele ia bater no boi, mas, como ele ia dominar 40, 50 bois? Eu disse: “Você é só um, ele me pega, me mata e você não vai fazer nada! Deixa eu correr, porque, enquanto eu corro, meus netos tem avó!”. Pronto! Ele começou a rir sem parar. Eu disse: “Pode rir. Hoje você ri de mim, amanhã quem vai rir de você sou eu!”.

Assim, ao transcrever as histórias, o registro dos depoimentos deve transformar os signos escritos em expressivas projeções da vida subjetiva, com seus tons, andamentos, ritmos e conotações afetivas. A transcrição é esse convite à criação literária e poética conferindo às histórias a entonação e melodia que transpiram das narrativas. Nesse processo, deve-se transformar a malha de perguntas e respostas em um texto escrito, mas que mantenha presente o diálogo entre o narrador e o ouvinte, sem que as perguntas precisem constar e sem que se configure em um monólogo (MEIHY, 1996). Respeita-se a fala e o mundo de sensações provocadas pela conversa, de forma ficcional, valorizando a narrativa como um elemento comunicativo repleto de sugestões e entonações melódicas e rítmicas. A textualização deve desconstruir a ideológica neutralidade e os limites científicos da pesquisa tradicional, em que sujeito e objeto devem estar distanciados, e construir uma ação criativa e uma relação viva entre o pesquisador e o sujeito, entre o oral e o escrito, entre o narrador e o ouvinte. O texto nasce de um diálogo vivo e é essa vivacidade que deve transpirar em cada linha e em cada palavra que pulsa dele e que fazem fluir a vivência daquele que o narrou.

A EXPERIÊNCIA NARRATIVA E A MEMÓRIA COLETIVA

Os relatos descritos no livreto *Histórias que o rio conta* revelam experiências que se passam no interior da casa, da família, da condição social, da região de origem e em cada momento da vida. Eles falam das maneiras de fazer cotidianas das pessoas anônimas, invenções do homem comum; retratam o mundo diário – mundo de profusão de gentes, falas, gestos, movimentos, coisas; eles fazem ver o que se passa nos minúsculos espaços sociais em que se jogam táticas silenciosas e sutis a favor da sobrevivência da vida e afirmação da própria existência (CERTEAU, 2007).

Vida que, desde a infância, é marcada pelo trabalho duro na lida da terra e na extração dos recursos naturais que a floresta oferece, como relata Carlos, morador da Vila do Jacaré.

Eu comecei a trabalhar com dez anos, com meu pai. Nós cortávamos seringa, quebrávamos castanha, tirávamos jangada, tirávamos leite de palma, massaranduba, guariuba, trabalhávamos na roça e na pescaria, fazíamos cerca prá vender. Todos os filhos iam trabalhar com ele, não ficava nenhum, não tinha desculpa! Só ficava em casa se estivesse doente ou se fosse pequeno, e minha mãe deixava uma filha para tomar conta de casa e dos filhos, porque minha mãe também gostava de trabalhar na roça.

Ou como o relato de Maria Soares, moradora de Vila do Jacaré e parteira desde os 18 anos.

Comecei a ser parteira com a idade de 18 anos, e a primeira criança que eu peguei foi da minha própria mãe. Eu cheguei de Porto Velho e a encontrei em uma situação muito ruim, ela estava quase morrendo. Eu mesma tive que fazer o parto e foi o primeiro que eu peguei! A parteira que estava lá me ensinou tudinho, como era, como não era, e eu fui ajudando-a. Aqui no interior, eu usava uma cadeira para a mulher ganhar neném! Sentada! Ah, era um parto muito maravilhoso! Era mais fácil, as mulheres não eram maltratadas. Eu nunca cobrei para fazer os partos, mas agora eu não faço mais porque eu estou ruim das minhas vistas.

Como afirmamos acima, a narrativa daquilo que foi lembrado (passado), as expressões de como foi narrado (presente) e o caminho para o qual aponta (futuro), mantêm um vínculo estreito com a função da memória, não apenas porque esta é uma rica fonte de informações sobre a história do sujeito, mas porque ela é um instrumento de expressão do que há de mais arraigado e profundo em suas experiências. Todo acontecimento carrega em si essa dimensão temporal: o momento presente em que o acontecimento se efetua e se encarna em um estado de coisas (afetos, sentidos, pessoas, lembranças), o momento passado que é evocado e arrasta para o presente os sentidos e afetos já vividos, e o momento futuro que livra todo o presente de suas limitações e determinações. O passado e o futuro são julgados em função do momento presente, em que o acontecimento se efetua (DELEUZE, 2003).

No relato de Neuza, moradora de Caviana, ao perceber as diferenças entre sua infância e a de seus netos, constata que “naquele tempo, não era como hoje”.

Sabe com o que a gente brincava quando eu era criança? Com pedaço de pau embrulhado no pano. Essa era a nossa boneca. A gente pegava um pau, embrulhava no pano e botava no braço, aí amarrava a rede e botava lá para embalar até a boneca dormir. Hoje em dia tem tudo para as crianças brincarem. Tem até suco de garrafinha prá levar pra escola! Naquele tempo não tinha nada: não tinha boneca, não tinha geladeira, não tinha fogão. Para cozinhar a gente usava fogão a lenha.

Naquele tempo a escola também era diferente. A gente ficava de joelho no ralo quando não sabia a lição. Hoje em dia, em uma cidade aí, até mataram a professora! Aqui, graças a Deus, ainda não tem essas coisas!

Para Larrosa (1994), *narrare* significa “arrastar para frente” e deriva também de *gnarus*, que é, ao mesmo tempo, “o que sabe” e “o que viu”; podemos então designar o narrador como aquele que leva para frente, apresentando de novo o que viu e do qual conserva um rastro em sua memória. Muito diferente de um solilóquio, a constituição narrativa como experiência de si traduz-se em um diálogo íntimo do eu consigo mesmo, mas também em um diálogo entre narrativas. Quanto mais se narra, mais se presenteia o ouvinte, mais se reconhece como sujeito e se mantém viva a própria vida e a memória de uma comunidade inteira.

No processo de gravação-transcrição-criação literária das histórias ouvidas, evitamos retratar a verdade sobre a história de uma pessoa ou um determinado acontecimento, isto é, deixamos a escuta escapar da memória representacional dos fatos vividos e buscamos manter uma escuta que flutuasse atenta à voz do idoso, enquanto ele revivia momentos de sua vida que referiam aos modos de ser e viver na floresta amazônica.

As lembranças de Iolanda, moradora de Caviana, são testemunhos das transformações da comunidade, mas também da ausência de políticas que garantam os direitos mínimos e o atendimento das necessidades que permanecem até o presente e que afetam a vida de todos moradores.

Aqui nesta comunidade nós precisamos de um milagre muito bom – é ter água até uma hora dessas. Quando a gente mudou para cá, a água chegava às 7 horas da manhã e às 8h30 ia embora. Se consegui encher os baldes, encheu, se não encheu ficava sem. Antigamente era pior! Se a gente quisesse água, tinha que acordar de madrugada para ver se tinha água no cano. Algumas vezes a gente nem dormia direito, porque ficava na expectativa de, a qualquer momento, a água chegar e logo acabar. Tinha uma bomba que água puxava do poço, e quem quisesse tinha que encher o balde pequeno. A gente tinha criança pequena e não podia ficar sem água para fazer a comida. Hoje a água chega às 15h ou 16h e às 16h30 já acaba. Sabe por que? Porque não tem ninguém para falar. Minha filha estava até organizando um movimento, porque a tarifa aumentou e o horário diminuiu. Ela diz que a gente tem que reivindicar o nosso direito, porque a gente paga e eles têm o dever de nos ceder o uso.

Quando chegamos aqui ainda não tinha a estrada, só um caminho cheio de muita lama. Agora eles botaram uma calçada com cimento em cima, mas, quando chove, Deus me livre!, ninguém pode sair daqui porque é só lama. Ainda precisa melhor muito, porque a gente paga imposto e eles têm que cumprir a parte deles.

Para discutir a dimensão afetiva da memória, e não sua função representativa, recorremos a Bergson (1999) para o qual a memória é representada pela figura de um cone invertido. Na base do cone encontra-se a totalidade das lembranças acumuladas na memória, e no vértice os atos perceptuais que se cumprem no plano presente. A memória é uma multiplicidade indefinida de passados que descem da base invertida deste cone para o vértice respondendo aos apelos do presente. Avançando sem cessar, as lembranças penetram o plano da representação do real e fazem surgir os afetos e percepções daquilo que foi evocado. O que foi lembrado é tudo aquilo que está em potência e em vias de atualização e, ao ser evocado no plano presente, adquire forma e sua força incorpora-se ao plano atual e o acompanha em seu desdobrar-se. Uma voz, um rosto, um cheiro presenciados há anos são capazes de distender ou dilatar o presente com tal força e significado, conforme sejam evocados por esse presente e atualizados pelas lembranças que se acumulam na memória.

Um ser humano que *sonhasse* sua existência em vez de vivê-la manteria certamente sob seu olhar, a todo momento, a multidão infinita dos detalhes de sua história passada. E aquele que, ao contrário, repudiasse essa memória com tudo o que ela engendra, *encenaria* sem cessar sua existência em vez de representá-la verdadeiramente: autômato consciente, seguiria a encosta dos hábitos úteis que prolongam a excitação em reação apropriada. O primeiro não sairia jamais do particular, e mesmo do individual. Dando a cada imagem sua data no tempo e seu lugar no espaço, veria por onde ela *difere* das outras e não por onde se assemelha. O outro, ao contrário, sempre conduzido pelo hábito, só distinguiria numa situação o lado por onde ela *se assemelha* praticamente a situações anteriores (BERGSON, 1999, p. 181-182).

Das experiências e histórias que foram narradas, buscamos ressaltar a singularidade de cada personagem-autor, o processo de subjetivação que os constituiu, as formas de resistências e reinvenção da existência diante dos acontecimentos vividos, mas também aquilo que fala das formas de manutenção da vida e que transmitem um sentido social ao contexto em que vivem e dele fazem parte. A experiência narrativa é também uma forma de constituição do sujeito e a manutenção de sua coletividade, como pode-se observar no relato de Cardeti, ribeirinho que ajudou a construir a comunidade de Caviana.

A vila cresceu à medida em que eu também fui crescendo. Lembro que quando eu era criança, e a gente brincava de esconde-esconde na rua com os outros meninos, tinha apenas umas 10 casas para a gente se esconder. Eu também construía os meus brinquedos! Naquela época não tinha bola para comprar e nem barquinho de madeira, por isso, a gente inventava uma bola de borracha feita do leite da seringueira. E, como eu gostava muito de jogar bola, era bola o dia todinho. À noite a criançada se encontrava na praça para brincar de roda, mas, como tínhamos muita imaginação, a gente inventava todo tipo de brincadeira.

O exercício de autonarração, como arte de narrar as próprias experiências, exige que essa experiência seja compartilhada, já que se tornam testemunhas vivas e mantém vivas as experiências de uma comunidade em um determinado momento histórico. Três papéis estão correlacionados a este exercício de autonarração: o personagem, o autor e o narrador – três dimensões que possibilitam, a ele e aos demais personagens que traz à tona, que as histórias sejam conhecidas, construídas e reconstruídas em constantes operações de narração e com a narração. Quanto mais se vê, mais se diz sobre si mesmo, mais se testemunha sobre sua própria existência, mais se transcende a vida e a morte e mais se mantém vivo perante os outros.

A construção e a transformação da consciência de si dependerá, então, da participação em redes de comunicação onde se produzem, se interpretam e se medeiam histórias. Dependerá desse processo interminável de ouvir e ler histórias, de contar histórias, de mesclar histórias, de contrapor algumas histórias a outras, de participar, em suma, desse gigantesco e agitado conjunto de histórias que é a cultura (LARROSA, 1994, p. 70).

Para Benjamin (1994), o narrador é aquele que se encarrega da transmissibilidade das experiências históricas e culturais de dada época, das possibilidades e dificuldades compartilhadas entre aqueles que vivem em um mesmo momento histórico. Sua narração não oferece um discurso completo e definitivo sobre aquilo que foi vivido, mas um trabalho de elaboração psíquica cuja prática da linguagem se encontra em processo e se renova a cada narrativa. O exercício narrativo avança e recua sobre a linha do tempo, transbordando a finitude espaço-temporal que é própria dos acontecimentos vividos. Esse processo confere tempo, lugar, sequência e causalidade às lembranças, porém é somente diante de um ouvinte que o narrador pode entregar e confiar essas lembranças, permitindo, também, novas significações e novas histórias ao que foi relatado.

Quanto maior a naturalidade com que o narrador renuncia às sutilezas psicológicas, mais facilmente a história se gravará na memória do ouvinte, mais completamente ela se assimilará à sua própria experiência e mais irresistivelmente ele cederá à inclinação de recontá-la um dia (BENJAMIN, 1994, p. 204).

Consideramos que existe uma diferença fundamental entre a memória individual, que se refere às vivências e experiências próprias de um indivíduo, e a memória coletiva, que contém aspectos da memória do grupo social onde ele se formou e foi socializado. Para Halbwachs (1990), o indivíduo que lembra é sempre inserido em e habitado por um grupo de referência com o qual estabelece uma comunidade de

pensamentos, identificações, afetos e experiências que contribuem no processo de construção de sua memória. Portanto, a lembrança é sempre fruto desse processo coletivo e está inserida em um contexto histórico e social preciso; ela é reconhecimento, ao portar o já vivido, e é reconstrução, ou seja, não é repetição linear, mas uma forma de evocação e resgate dos acontecimentos passados, localizados em um dado momento presente. Desta forma, é impossível se pensar a memória exclusivamente ou estritamente como sendo individual; ela é um ponto de convergência de diferentes influências sociais e, ao mesmo tempo, uma forma particular de articulação das mesmas.

A lembrança de Carlos, morador de Vila do Repartimento, é carregada de memórias do grupo social ao qual ele pertenceu.

Nesta comunidade, no começo morava o Seu Josias, o Seu Oséias, o Seu Arigó, o Zé Raimundo, o Pedro. A comunidade começou a crescer à medida em que os filhos foram crescendo, casando e construindo suas casas perto dos pais. Hoje em dia a comunidade é grande, mas é como se fosse uma só família. Não tem muita gente de fora, e se tem é parente também. As pessoas vão casando com outras pessoas daqui, a família vai aumentando e a comunidade também.

Quando cheguei, tive que limpar a terra prá construir a primeira casa e tinha muita messoró, uma formiga que dá no meio da canarana. É um tipo de mato que tem que roçar com um terçado, um facão grande, até você fazer uma vazante e tocar fogo para queimar o capim. Eu cortava da altura de uma parede, ia cortando, cortando, até que limpei tudo e tirei a frente da mata. Isso mesmo, a comunidade foi aberta no meio da mata, e todo mundo se admirou. Eles diziam: “Seu, Zeca, aqui a gente mal via a casa por dentro do mato, o senhor chegou e fez uma cidade aqui”.

Ao conceber as lembranças como frutos de uma atividade de reconstrução do vivido, supera-se o pensamento de que a memória é um produto de uma atividade meramente subjetiva. O trabalho da memória conta com o suporte de imagens e ideias, valores e afetos vinculados a grupos sociais junto as quais o memorialista experimenta algum sentimento de pertença. A memória coletiva é formada por esses fatos e pelos aspectos julgados relevantes pelos grupos de pertencimento, os quais realizam um trabalho de articulação e localização das lembranças em quadros sociais comuns; uma espécie de acervo de lembranças compartilhadas que têm como ancoragem as experiências dos indivíduos que compõem determinada comunidade. Na memória coletiva vive, sobretudo, um passado permanentemente reconstruído, recomposto e ressignificado; seus conteúdos se atualizam e se articulam entre si de acordo com o presente que o invoca.

Para Halbwachs (1990), o indivíduo toma parte dos dois tipos de memória, tanto da individual quanto da coletiva, porém, em cada uma dessas há conotações diferentes ou mesmo contrárias, visto que elas não se confundem. A memória coletiva assume leis próprias, porém, quando as lembranças individuais do narrador a penetram, tais memórias são recolocadas em um conjunto que não se trata mais de sua consciência pessoal. Da mesma forma, a memória individual nunca é totalmente isolada e fechada, mas alcança pontos de referências que existem fora dela e que são fixados pela sociedade. Sendo assim, as lembranças dos moradores das comunidades, a princípio, são memórias individuais, mas quando compartilhadas e agrupadas às demais memórias ganham um grau maior de importância. Ao se verem como personagens participantes das memórias coletivas os sujeitos se sentem parte do grupo social e, portanto, transmitem imagens sobre a regionalidade, o momento histórico e a cotidianidade.

Nos relatos de Alzila, também moradora de Caviana, suas memórias se dirigem às brincadeiras de criança, mas também às cobras e botos que marcaram a história de muitas outras crianças ribeirinhas.

A gente também nadava muito na beira do rio, porque ali não tem bicho, mas, lá pelo meio, já vi muito boto passar, o vermelho e o preto. Uma vez, quando eu estava no roçado, veio um bicho andando, mas ninguém o viu, porque ele estava escondido atrás do pau, só espiando. Quando ouvimos um barulho, conseguimos avistá-lo e todo mundo saiu correndo. Quando ouvíamos qualquer barulho, a gente achava que era uma onça. Aqui também tem muita cobra perigosa. Vixi Maria! Já vi cobra surucucu, jararaca, jiboia. Também já vi jacaré, pequeno e grande, mas não corri perigo não.

Para Simson (2003), a história oral ou método biográfico criam as condições para que as memórias emergjam, sejam registradas e analisadas. Muitas dessas memórias encontram-se, geralmente, bem guardadas no interior das famílias ou de grupos sociais. Ao serem transmitidas, de geração a geração, através de relatos, músicas, quadras poéticas, passam a fazer parte da memória coletiva de uma dada sociedade, permitindo com que cada detalhe provoque processos rememorativos nos demais membros dessa comunidade. É o que a autora denomina de uma construção compartilhada da memória.

A EXPERIÊNCIA DE ENRAIZAMENTO E DE PRODUÇÃO DO COMUM

No projeto aqui relatado, privilegiamos a arte da narrativa, pois consideramos que ela é o que ainda permite tanto a oferta de histórias como forma de hospitalidade, como vivenciamos aos nos sentarmos na varanda de suas casas com o gravador ligado, como a troca de experiências ao torná-las comunicáveis e serem utilizadas como remédio para aliviar a dor e amenizar a solidão, tão presentes nas atuais formas de envelhecimento. Como dispositivo, conforme afirmamos acima, o método da história oral deve conceber a velhice como um lugar privilegiado para que a experiência narrativa aconteça, exatamente porque são as histórias que afirmam o seu modo de ser, de ver a vida e de se relacionar com os outros. Além disso, queremos afirmar, também, que, por serem testemunhas e manterem vivas as experiências vividas por uma comunidade inteira, são as histórias contadas pelos moradores mais antigos que possibilitam o enraizamento dessa comunidade.

Em pesquisa realizada por Mataresi (2013), a respeito de uma comunidade que vive à beira do rio Madeira no Estado de Rondônia, a autora se propõe a analisar a dialética enraizamento–desenraizamento dessa comunidade específica, identificando o processo pelo qual a formação das raízes e a organização comunitária podem permitir ao grupo enfrentar as ameaças de desenraizamento advindas do processo colonizador em curso com a construção de barragens na região. Sua finalidade não era evidenciar o sofrimento e as formas de viver as injustiças sociais, mas identificar, por meio de um retrato etnográfico da comunidade, os itens que são fundamentais para a compreensão das possibilidades de enfrentamento dos moradores, por meio de valorização das raízes locais. Nove itens compõem esse retrato: histórico de formação e estrutura da comunidade, relação com o rio, organização do trabalho, lendas, religiosidade e manifestações artísticas, vida política e vida comunitária. A autora percebe, a partir das entrevistas, conversas informais e observações realizadas durante a pesquisa, que foi a criação de espaços de contação de histórias, música, teatro e momentos que celebram o passado e o vínculo com a história dos ancestrais que garantiram a construção de uma forma de vida comunitária que possibilitasse o engajamento político e a resistência contra a dominação.

Concebido por Simone Weil (1996), os termos “enraizamento” e “desenraizamento” têm sido empregado em diversos estudos do campo das ciências humanas.

O enraizamento é talvez a necessidade mais importante e mais desconhecida da alma humana. É uma das mais difíceis de definir. O ser humano tem uma raiz por sua participação real, ativa e natural na existência de uma

coletividade que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro (WEIL, 1996, p. 411).

O enraizamento não pressupõe o isolamento do espaço geográfico ou a produção cultural de uma coletividade, ao contrário, implica na multiplicação de contatos, na troca de influências e, sobretudo, na participação dos indivíduos em condições bastante determinadas em grupos que conservam a mesma herança do passado e por meio da qual recebem os princípios da vida moral, intelectual e espiritual que constituem sua existência. Ao vivenciar as mesmas raízes, mas também as mesmas lutas, ideias e tradições de seus antepassados, os indivíduos incorporam às elas as suas próprias lutas revestidas com novos significados, evitando assim uma importação passiva desse passado.

Seria vão voltar as costas ao passado para só pensar no futuro. É uma ilusão perigosa acreditar que haja aí uma possibilidade. A oposição entre o futuro e o passado é absurda. O futuro não nos traz nada, não nos dá nada; nós é que, para construí-lo, devemos dar-lhe tudo, dar-lhe nossa própria vida. Mas para dar é preciso ter, e não temos outra vida, outra seiva a não ser os tesouros herdados do passado e digeridos, assimilados, recriados por nós. De todas as necessidades da alma humana não há outra mais vital que o passado (WEIL, 1996, p. 418).

As experiências de desenraizamento surgem quando condições sociais, econômicas, produtivas e industriais impedem a comunicação com o passado, prevalecendo uma vivência marcada pelo isolamento e pelas lembranças limitadas às histórias pessoais. Surge, também, em função de catástrofes ecológicas causadas em grande parte pela intervenção irresponsável do homem na natureza, como o impacto ambiental de grandes proporções causados pelas construções de usinas hidrelétricas.

Para Weil (1996), o grande mal da colonização e da exploração é o desenraizamento, ao privar os povos de sua tradição, das formas de viver de seus antepassados e de sua alma, reduzindo-os ao estado de matéria humana. Ao impedi-los de ter acesso a informação, a transmissão oral e a compreensão das transformações que viveram, a dominação dificulta também a organização e o protagonismo da comunidade para o enfrentamento dessas transformações.

Walter Benjamin, sem escapar de um tom nostálgico, evoca as *comunidades* como experiências de outrora repletas de memória, palavras e práticas sociais compartilhadas por todos. Por isso, a retomada de uma experiência de temporalidade e de continuidade da palavra transmitida de pai para filho, ou de velho para jovem, “acarreta uma verdadeira formação, válida para todos os indivíduos de uma mesma

coletividade” (GAGNEBIN, 1999, p. 57). Orientação prática e plural, a narração se situa como um tipo de transmissão oral e comunitária.

Por isso, a arte de contar e recontar as histórias dos moradores das comunidades ribeirinhas exigiu uma escuta atenta aos acontecimentos e às suas singularidades, mas também um olhar preciso àquilo que emerge da dinâmica entre o singular e o comum de cada história. O que se procurou extrair desse exercício narrativo foi a dinâmica que compõe a vida de qualquer um e que é tomada, aqui, como matéria-prima para a produção de experiências comunitárias. Experiências que são, sobretudo, experiências de enraizamento.

Ao dar visibilidade ao que é comum em suas narrativas, evidenciamos as vivências de decepção, frustração, humilhação, esperança, alegria, sonho, desejo, ilusão, solidão, abandono e ambiguidade. Por serem vivências que compõem toda e qualquer existência humana não demandam autoria, pelo contrário, provocam a dissolução de autoria e deixam escapar a pessoalidade daquele que a vivenciou; produzem, nesse processo, aquilo que é comum e constitutivo de toda condição humana. Neste sentido, o comum é tecido em uma narração capaz de compô-lo e recompô-lo por meio da circulação e redistribuição de afetos que são propiciados por tais narrativas, e estas fabricam um campo de novos possíveis que se abrem e se inventam.

Seria o caso de postular o comum mais como premissa do que como promessa, mais como um reservatório compartilhado, feito de multiplicidade e singularidade, do que como uma unidade atual compartilhada, mais como uma virtualidade já real do que como uma unidade ideal perdida ou futura. Diríamos que o comum é um reservatório de singularidades em variação contínua, uma matéria anorgânica, um corpo sem órgãos, um ilimitado (*apeiron*) apto às individualizações as mais diversas (PELBART, 2008, p.34).

Outra ideia que podemos invocar para fortalecer esta concepção de comum é aquela defendida por Hardt e Negri (2005) ao discutir a noção de *multidão*. Para os autores, a multidão carrega uma potência de afetação recíproca, de produção de laço, de capacidade de invenção de novos desejos e novas formas de cooperação. A produção de vida comum tem como resultado uma pluralidade afetiva e uma subjetividade coletiva.

A *multidão*, ao contrário do pensamento tradicional que a toma como sinônimo de *massa*, refere-se a uma heterogeneidade composta por inúmeras diferenças - raças, culturas, etnias, gêneros e orientações sexuais, desejos, modos de trabalho, visões de mundo e formas de vida -; uma multiplicidade de singularidades e uma capacidade de se comunicar e agir em comum, por meio de relações de abertura, encadeamento, afetação recíproca e inclusão de tudo que se encontra fora dela, sem que precise delegar seu

poder e sua vontade a alguém que a represente e sobre ela exerça sua força. O que permite a essas diferenças internas comunicarem-se e agirem em conjunto é a produção do *comum*, o qual está presente em toda forma de produção social e é produzido, particularmente, pelas formas de trabalho imaterial, como os projetos que criam ideias, imagens, afetos e relações.

Em todo este campo da produção imaterial, entretanto, o direito à propriedade é solapado pela mesma lógica que o sustenta, pois o trabalho que cria propriedade não pode ser identificado com qualquer indivíduo nem mesmo qualquer grupo de indivíduos. O trabalho imaterial torna-se cada vez mais uma atividade comum caracterizada pela cooperação contínua entre inúmeros produtores individuais. [...] Este tipo de conhecimento sempre é produzido em colaboração e comunicação, através do trabalho em comum no interior de redes sociais expansivas e indefinidas (HARDT; NEGRI, 2005, p. 243).

Ao se referir ao termo *comum*, podemos estabelecer uma relação com a crítica ao uso tradicional da palavra *comunidade*, termo que tem se desgastado e se tornado vazio de vida e sentido. Afirmar a experiência narrativa como uma forma de produzir enraizamento e produções do comum em comunidades ribeirinhas significa considerar a *comunicação* entre as singularidades como uma forma que se manifesta através dos processos sociais em que as histórias se expressam livremente, se cruzam e se interpenetram.

A pluralidade que a *comunidade* carrega se situa em um espaço que dilui qualquer tentativa de distinção entre o público e o privado, que marcam fortemente os processos de desenraizamento. Seu poder constituinte reside exatamente naquilo que é sua consistência: uma história comum que reivindica suas raízes, sua memória e sua potência de resistência frente aos desafios de se viver no meio da floresta amazônica, distante das políticas públicas e muito perto dos interesses capitalistas que constroem usinas hidrelétricas e desmatam florestas inteiras em nome do desenvolvimento econômico de comunidades que vivem muito distantes destas que são atingidas diretamente por seus impactos ambientais, sociais e comunitários.

REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: _____. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura.** 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221. (Obras escolhidas, v. I)
- BERGSON, H. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito.** São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Tópicos).
- BOSI, E. **O tempo vivo da memória: ensaios de Psicologia Social.** São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano I: artes de fazer.** Petrópolis: Vozes, 2007.
- DELEUZE, G. **Foucault.** São Paulo: Brasiliense, 2006.
- DELEUZE, G. O que é um dispositivo? In: _____. **O mistério de Ariana.** Lisboa: Vega, 1996, p. 83-96. (Passagens).
- DELEUZE, G. **Lógica do sentido.** São Paulo: Perspectiva, 2003.
- FROCHTENGARTEN, F. A memória oral no mundo contemporâneo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 367-376, 2005.
- GAGNEBIN, J. M. **História e narração em Walter Benjamin.** São Paulo: Perspectiva, 1999.
- HALBWACHS, M. **A memória coletiva.** S. Paulo: Vértice/ Revista dos Tribunais, 1990.
- HARDT, M.; NEGRI, A. **Multidão: guerra e democracia na era do império.** Rio de Janeiro: Record, 2005.
- LARROSA, J. Tecnologias do eu e educação. In: SILVA, T. T. (Org.). **O sujeito da educação: estudos foucaultianos.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- MATARESI, A. **Histórias que o rio traz: reflexões sobre o enraizamento em uma comunidade ribeirinha da Amazônia.** Dissertação (Mestre em Psicologia Social) Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo: 2013.
- MEIHY, J.C.S.B. Desafios da história oral latino-americana: o caso do Brasil. In: _____. **(Re)introduzindo a história oral no Brasil.** São Paulo: Xamã, 1996.
- PELBART, P. P. Elementos para uma cartografia da grupalidade. In: SAADI, F.; GARCIA, S. (Org.). **Próximo ato: questões da teatralidade contemporânea.** São Paulo: Itaú Cultural, 2008, p. 33-37.
- PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 15, p. 13-33, abr. 1997.
- SIMSON, O.R.V. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica**, São Paulo, n. 6, p. 14-18, 2003.

WEIL, S. **A condição operária e outros estudos sobre a opressão**. 2. ed.ver. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.